

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - HABILITAÇÃO JORNALISMO
DISCIPLINA: PROJETOS EXPERIMENTAIS
COORDENADOR: FRANCISCO JOSÉ CASTILHOS KARAM

ALUNA: CHRISTA CARLA RIEBAU

PROFESSOR ORIENTADOR: GILCA GIRARDELLO

SINDICALISMO EM SANTA CATARINA

A DIFÍCIL CONVIVÊNCIA ENTRE SINDICATOS E TRABALHADORES

Dezembro/86

Historicamente, os sindicatos industriais surgiram como expressão da necessidade de organização dos assalariados para a defesa de seus interesses. Quer dizer, a organização sindical sempre se propôs a representar o conjunto dos trabalhadores, independentemente de suas opções políticas, religiosas ou filosóficas, a fim de garantir seu direito quando em confronto com o patrão.

Unidade e autonomia são, portanto, pressupostos básicos para o funcionamento dos sindicatos. Mas não é o que existe no sindicalismo brasileiro, admitem hoje apesar de saberem disso há muito tempo, os sindicalistas e os trabalhadores. Unidade seria a existência de sindicatos de massa e democráticos. No entanto, a legislação garante poderes à diretoria executiva para administrar a entidade enquanto os trabalhadores vivem alheios às suas atividades, como ocorre frequentemente. Por outro lado, a submissão administrativa dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e o papel que lhe foi confiado desde 1931 no sentido de colaborar com os poderes públicos na conciliação dos conflitos trabalhistas impedem a sua autonomia.

A partir das lutas salariais desencadeadas em 77/78, também este autoritarismo começou a ser questionado. Os dirigentes sindicais criticando o Estado, e os trabalhadores recriminando os sindicatos. Os primeiros, que em sua maioria já ocupam o cargo há muitos anos, não conseguem passar do discurso à ação já que seu próprio poder é legitimado pelo Estado. Os trabalhadores, porém, movimentam-se, mesmo que observados. Seja para trocar suas lideranças por outras que consideram mais autênticas, seja para forçar decisões favoráveis através do poder de seu número.

O fator salarial ainda é a força motriz das lutas mas o que o determina é pouco questionado. As Centrais Sindicais tentam extrapolar o sindicalismo até uma dimensão política e ideológica o pondo-se à hierarquia enraizada do sistema: Sindicato-Federação e Confederação. A Igreja Católica também entra no processo, através da Pastoral Operária, defendendo a luta da transformação da realidade motivada pela fé.

Em Santa Catarina o panorama não é diferente, Diversos episódios recentes como greves (legais ou ilegais), plebiscitos, eleições e negociações com a participação ativa dos trabalhadores, são a parte mais visível de um processo de tentativa de quebra das amarras colocadas ao movimento sindical mais representativo. Representam, também, no interior do sindicalismo, a expressão da sociedade na busca de alternativas democráticas para a organização da convivência social.

Vinte de outubro de 1985. O leito largo da rua Conselheiro Mafra, quase no centro de Joinville, amanhecia impedido ao tráfego por guardas da Polícia Militar. Aos poucos chegava gente, homens na maioria. Às nove horas, a rua era feita palco e auditório para cerca de 2.500 pessoas, todas operários da Fundação Tupy que se acotovelavam defronte a uma modesta casa, sede do sindicato da categoria. A música que é o grito de guerra dos metalúrgicos de São Paulo, ouvida através dos alto-falantes, dava o clima.

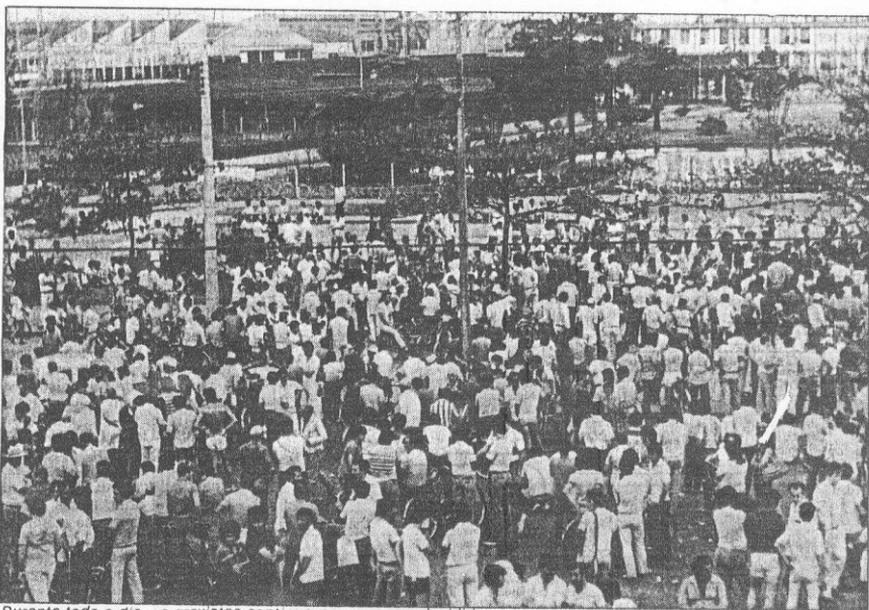
A grande presença tanto como o resultado dessa assembléia, foi um marco na história do sindicalismo em Santa Catarina: estava acontecendo a maior greve já acontecida até hoje numa empresa do Estado. "Ainda me arrepio todo quando me lembro", diz um funcionário. Apesar de seus 24 anos de casa nunca tinha visto nada igual porque "uma coisa dessas é muito difícil de se fazer pelo medo que o operário tem de perder o emprego. Mas dessa vez a força da turma foi especial: era o pequeno se unindo, porque, do jeito que estava o salário, também não dava mais".

Além do fato de se ver de braços cruzados 7.200 trabalhadores da maior fundição de ferro maleável da América Latina, a repercussão da greve foi ainda maior por dois motivos. Acontecia na maior cidade do Estado, um centro expressivo de indústria metal-mecânica, e onde em 50 anos só se registrara uma greve significativa: a dos químicos, em 1980. Não deixava de ser, também, uma rachadura na bela imagem de ilha de paz e terra sem conflitos atribuída ao Estado, onde ondas de protestos e greves tão comuns em outros, especialmente São Paulo, não teriam vez dada a elogiada integração entre patrões e empregados.

DECISÕES POR PRESSÃO

A história da greve da Tupy é um exemplo extraído entre as lutas de trabalhadores mais recentes de Santa Catarina e cujos passos foram fruto de suas próprias decisões, desde o estabelecimento da proposta salarial até o acordo final com a empresa. Outra que pode ser citada - com a diferença de que normalmente abrange toda a categoria - é a dos mineiros do sul do Estado, e que realizaram sua maior paralisação em maio deste ano.

Em ambos os casos houve um desafio ao sindicato e às leis trabalhistas. Por isto, principalmente em Joinville, poucos operários falavam abertamente sobre o assunto. Um deles, que foi integrante da comissão de negociação junto com o sindicato, ignorando os olhares de advertência da esposa explica que "a assembléia foi convocada pelo sindicato devido à pressão dos operários. Acharmos que estávamos sendo enrolados e, apesar de que alguns diretores sugerissem que a gente esperasse até o dia 27 como havia sido combinado com a empresa, decidimos parar por aí e começar a greve". Fosse para dar mérito aos operários ou para resguardar sua pessoa, o próprio presidente Orlando Silva confirmava na época que "quem tomou a decisão de paralisar foram os trabalhadores em assembléia".



Durante todo o dia, os grevistas continuavam coesos e decididos a permanecer em greve até a vitória.

A sensação de insegurança que motivou os operários a tomarem a decisão radical era justificada. Já tendo sido firmadas duas convenções coletivas de trabalho, em 84 e 85, o sindicato ainda não conseguira negociar um acordo que levasse à recomposição integral dos salários rebaixados em 1983 em função da redução da jornada de trabalho na empresa. Com isto, numa época em que o salário mínimo era de Cr\$666mil, mais da

5
metade dos operários não ganhava além de Cr\$700 mil mensais, e a perda geral era de 13%.

No entanto, indo contra as leis trabalhistas que determinam que uma greve só pode realizar-se na época da data-base - no caso, era abril - a paralisação tinha tudo para fracassar. Os grevistas sabiam do risco, por isso sua estratégia foi estender as negociações com a empresa até o momento em que percebessem que o Tribunal Regional do Trabalho decretaria, a pedido da empresa, a ilegalidade da greve. Nesse instante, os 30 trabalhadores que acompanhavam a sessão do TRT em Florianópolis, via telefone, apressaram os seis mil colegas reunidos em assembléia defronte a empresa. Foi então feito um acordo baseado em duas contrapropostas da Tupy. Além do reajuste e de uma antecipação salarial, a empresa se comprometeu a não demitir nenhum grevista e a não descontar os dias parados, embora exigisse que esses fossem recuperados com horas extras. "Para uma coisa que era ilegal até que o acordo foi razoável. Mas a gente sabia que a união de todos iria resolver tudo", observa o integrante da comissão de negociação.

MASSA DE MANOBRA

Que houve união isto é inquestionável. A participação nas assembléias foi um exemplo: da primeira que reuniu três mil pessoas e da segunda 2.500, chegou-se à última, após cinco dias de greve, com cerca de seis mil, ou seja, 83% dos funcionários da Tupy. Mas se até hoje os trabalhadores estão convictos de que a greve foi uma vitória da classe, outrossim, consideram que tudo não passou de uma manobra da empresa. Tal como costumava acontecer após diversos movimentos de mineiros, quando a título de aumento das despesas com salários, as empresas solicitavam ao Governo Federal o reajuste do preço do carvão.

Assim, afirmava na época o secretário do sindicato, Arnaldo José Cunha, que a fundição vinha há muito tempo tentando um aumento no preço de seus produtos junto ao CIP-Conselho Interministerial de Preços sem sucesso. Com o argumento de que era necessário reajustar os salários, talvez conseguisse a liberação. Também o Comitê de Apoio e Solidariedade

formado pela CUT, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, PT, Pastoral Operária e outras organizações de classe para dar apoio logístico aos grevistas, observava em seus panfletos: "segundo informações filtradas, a Fundação Tupy está utilizando a greve para tirar vantagens econômicas junto ao BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), razão pela qual a empresa tem se mostrado irredutível na posição de não aceitar nenhuma proposta de negociação com os trabalhadores. Caso tais informações sejam verdadeiras, esta é uma manobra da empresa para pressionar os órgãos financeiros em seu benefício, utilizando os trabalhadores como bucha de canhão".

Que por trás de muitas greves há o interesse do patrão, lembra o próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Orlando Silva. Bemsã vontade na casa velha e em desordem que é a sede da entidade há anos, ele não descarta o mérito da iniciativa de seus filiados porque ela teria sido "consciente" e resultante da "incapacidade de negociação do lado patronal". Mas é categórico: "as grandes greves que houve em São Paulo, por exemplo, aconteceram sempre quando as montadoras estavam com o pátio cheio. No momento em que as empresas limpavam o pátio, desencalhando o estoque que tinham, acabava a greve".

Tendo sido a única experiência de greve em seus 22 anos de vida sindical - dos quais 17 como presidente - Orlando Silva tem razão em dizer: "eu sou a favor da greve quando tem razão de ser e atinge o objetivo". Sua preocupação maior parece ser com a credibilidade do dirigente sindical e sua voz fica incisiva quando considera que, se este não tiver o respaldo da categoria "é melhor tirar o time de campo e ir para casa". Observando a greve dos bancários que na época estava em andamento, criticou o fato desta ter sido deflagrada, em Joinville, a partir de uma assembléia de somente 24 pessoas e prognosticou: "e se a turma furar os piquetes e ir trabalhar, não será a vergonha do século? Aí é que está a questão da consciência, porque resta ao patrão a maior fatia do poder. Ele ameaça os trabalhadores, o dirigente sindical que tem estabilidade sindical mas também é funcionário da empresa..."

Silva deve falar por experiência própria. Apesar de licenciado da Fundação Tupy para dedicar-se em período integral ao sindicato, ainda recebia salário pela empresa, tal como outros três diretores. Mas agora suas preocupações devem ter diminuído. Por cerca de Cz\$20 mil mensais ele passou a ser também vogal da Junta de Conciliação e Julgamento, onde os representantes classistas, quer do lado do patrão, quer do lado dos empregados, têm por principal função antever a sentença do juiz e sussurrar à parte em desvantagem que seria preferível entrar num acordo.

AS BASES DAS CENTRAIS SINDICAIS

Não só as greves são uma relativa novidade no panorama sindical mas também as Centrais Sindicais. Elas foram proibidas em 1935 quando Getúlio Vargas dissolveu a Confederação Sindical Unitária, na época também uma entidade clandestina porque se constituía à margem dos sindicatos oficiais. A partir de então solidificou-se a atual organização vertical do sindicalismo: o Sindicato, a nível municipal, distrital ou inter-municipal; as Federações, a nível estadual ou inter-estadual, e a nível nacional, as Confederações.

Em Santa Catarina existem atualmente mais de 200 sindicatos-metade na área rural-e nove Federações. Estas entidades absorvem aproximadamente dois mil dirigentes que representam uma massa de cerca 700 mil trabalhadores. As Centrais Sindicais que se constituíram à revelia do Governo e da lei a partir de 1979 voltaram a ser permitidas em 1985. Em consequência saíram da ilegalidade a Central Única dos Trabalhadores-CUT e a CONCLAT, hoje CGT-Central Geral dos Trabalhadores. Recentemente juntou-se a elas a USI - União Sindical Independente.

Ao contrário da estrutura antiga e que não foi abolida, as Centrais Sindicais representam uma vinculação horizontal dos sindicatos. Para Jorge Lorenzetti, enfermeiro, presidente da Executiva Estadual da CUT, isto é essencial. "É o bancário junto com o comerciário, com o operário, com o trabalhador rural, porque só na hora em que a classe trabalhadora intervier na sociedade como um todo é que vai poder se contrapor ao capital e à grande articulação das classes dominantes do país", afirma.

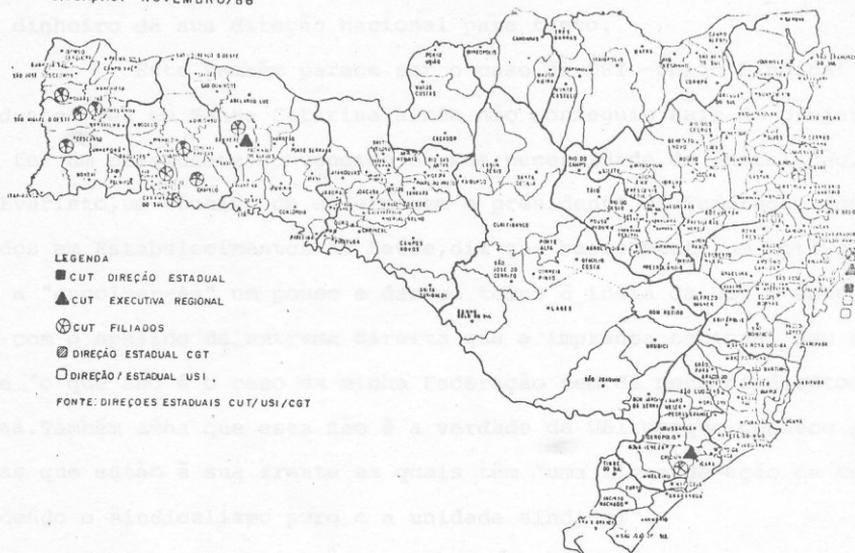
Sem chegar a este nível de análise, o presidente estadual da CGT, o ceramista Amaury Isaías Lúcio, considera que "querer a continuação das Federações e Confederações é coisa do pessoal mais antigo e o pessoal que está entrando agora já está com uma nova mentalidade e fatalmente fará opção por uma ou outra Central". Ele próprio seria uma exceção à regra pois já tem 20 anos de vida sindical e é presidente há cinco da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário. Em seu linguajar direto, ele não disfarça que se considera estar ao nível dos dirigentes sindicais mais avançados do Estado, citando como exemplo Francisco Alano, presidente da Federação dos Empregados no Comércio e ligado à CUT.

Se reconhece a competência de Alano, por que não ligou-se à CUT? Neste ponto os simpatizantes da CGT alegam diferenças na operacionalização dos objetivos, que em sua filosofia, no entanto, seriam quase os mesmos. Quer dizer, embora ambos lutem pela defesa e organização dos trabalhadores, a CGT assegura que não faz política partidária como acha que a CUT faz. Sua atuação seria exclusivamente através de pessoas "ligadas à classe envolvida nas demandas". O presidente estadual da CUT, porém, não aceita a definição de que a entidade seja partidária e, neste caso, ligada ao PT. "O que a organização são seus princípios sindicais. Queremos um sindicato de luta, classista e de massa", declara em meio ao burburinho do Ginásio de Esportes Ivo Silveira onde fiscalizava para o seu partido, o PT, as mesas de apuração.

Ele admite que este é um processo demorado para a classe trabalhadora do país, mas considera que o crescimento da CUT é viável, o que assusta os patrões e o Governo. Para ele, também em Santa Catarina esta Central Sindical está consolidada e daqui para frente "nosso papel vai ser fortalecer esta estrutura e desenvolver um trabalho de formação e de promoção sindical para preparar os dirigentes e as bases". O forte da CUT ainda são os sindicatos rurais, cerca de vinte, ligados em sua maioria à Executiva Regional Oeste. Mas na zona urbana a filiação vem aumentando através de sindicatos de operários no sul, de servidores públicos federais, estaduais e municipais, de ban

cários, além da Federação dos Empregados no Comércio e alguns de seus sindicatos, entre outros. (Ver mapa).

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ENTIDADES LIGADAS ÀS CENTRAIS
SINDICAIS - CUT - CGT - USI - EM SANTA CATARINA
SITUAÇÃO: NOVEMBRO/86



CGT E USI: SÓ NO PROJETO

O roteiro de apresentação confeccionado para a assembléia que veio a instituir a CGT em Santa Catarina no último mês de outubro, é claro a respeito das conseqüências que poderá trazer a não filiação a nenhuma Central Sindical ou de Trabalhadores: "falta de cooperação funcional ou política, principalmente aos sindicatos, o que dificultaria a atuação dos seus dirigentes. Não podendo descartar, também, a possibilidade de ter contra si, na época das eleições, principalmente as centrais existentes".

Está, assim, bem explícita também a disputa pelo poder entre as lideranças sindicais, mas segundo Lúcio "80% dos sindicalistas ainda está em cima do muro". E ele certamente é quem tem mais a perder com isto já que, após seguidas reuniões para arregimentação de sindicatos e federações em torno da CGT no Estado, nenhum deles assinou ficha

de filiação. Principalmente os presidentes de Federações argumentam que não têm interesse porque as Centrais Sindicais só teriam objetivos políticos. Diz o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Mário Kühn, que Lúcio só teria aceito liderar a CGT no Estado porque recebeu dinheiro da sua direção nacional para tanto.

Este também parece ser o caso da USI - União Sindical Independente - que em Santa Catarina ainda não conseguiu sair do projeto e nem ter um presidente convencido de sua necessidade de instalação. Gercino Evaristo, um técnico de enfermagem e presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde, diz que basicamente um motivo o levou a "encolher-se" um pouco e dar um tempo à idéia da USI. E este tem a ver com o apelido de extrema direita que a imprensa nacional deu à entidade "o que não é o caso da minha Federação nem de meus sindicatos", reclama. Também acha que esta não é a verdade da USI porque conhece as pessoas que estão à sua frente as quais têm "uma linha de ação de centro, defendendo o sindicalismo puro e a unidade sindical".

Gercino prefere que a estrutura sindical brasileira continue como sempre foi porque "se as entidades sindicais fizerem o seu verdadeiro papel não há razão para existir CUT, USI, CGT". Isto ele reconhece que não estava acontecendo já que "os líderes sindicais passavam a ser representantes classistas (nas Juntas do Trabalho), se acomodavam e se reelegiam a cada três anos sem oposição. Mas não se precisa mudar o sistema, só a diretoria".

CUT CONTRA

Já a CUT é totalmente contrária à organização sindical vigente no país e Jorge Lorenzetti a chama de fascista porque "faz do sindicato um cartório, um instrumento de colaboração". Por isto, apóia todas as bases que batalham por melhorias salariais e de condições de trabalho, tanto em termos humanos como materiais. Para a greve dos mineiros de Criciúma, no mês de maio, ela dispendeu cerca de cinco mil cruzados, por exemplo. Mas Jorge não aceita que acusem a CUT de defender o grevismo. "Isto é querer criar uma imagem negativa dele. Os movimentos acontecem por deci-

são dos próprios trabalhadores. O que está havendo, na prática, é a situação de sempre: ou os trabalhadores se organizam e pressionam, ou não conseguem nada".

Além da luta por um salário mínimo real - que hoje, se fosse para estar no patamar de quando foi instituído, em 1941, deveria ser de Cz\$3.806,00 - a CUT tem entre outras as seguintes prioridades: obter a estabilidade no emprego, um salário-desemprego real para todos, jornada de 40 horas semanais, direito de greve, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária e não pagamento da dívida externa.

MUDANÇA NO DISCURSO

Na área urbana, os sindicatos de trabalhadores em indústrias são os que têm maior número de filiados em Santa Catarina numa média de 60%, contra 40% na área do comércio. Isto porque nela há maior concentração de empregados por empresa e o índice de rotatividade de pessoal é menor que no de comércio, serviços e construção civil. Assim, como os demais, suas atividades estão limitadas ao que manda a lei de organização sindical datada de 1931 e a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, e que são: representar os interesses gerais da categoria ou interesses individuais relativos à profissão exercida; celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho; eleger ou designar representantes da categoria; impor contribuições aos que são de sua categoria; fundar e manter agência de colocação e colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com sua categoria. Com o advento do regime militar, em 1964, os líderes sindicais nem mesmo precisavam preocupar-se com o cálculo e as negociações dos reajustes salariais. O Estado incumbia-se de fixar os índices de aumento com base nos índices mensais de inflação.

A descoberta de que estes índices estavam sendo manipulados, feita em 1977 pelos sindicatos de São Paulo através do DIEESE-Departamento Intersindical de Estatísticas Sócio-Econômicas- e a continuidade da corrosão dos salários, desencadeou um processo de renovada participação das entidades sindicais nas negociações com as empresas. O Governo inicialmente

te permitiu a negociação de índices de produtividade e, mais tarde, a sua revelia, as próprias empresas passaram a acordar reajustes com os empregados em termos acima dos estabelecidos por lei.

Não causava mais medo, também, a proibição da greve. Envolvendo só uma empresa ou toda uma categoria, a partir de 1980 ela começou a representar uma luta por questões mais amplas do que o reajuste de salário, envolvendo estabilidade no emprego, diminuição da jornada semanal de trabalho, entre outras. Era a sua ampliação para os direitos sindicais e políticos da classe dos trabalhadores.

Mudaram os tempos, mudaram os discursos também em Santa Catarina. Hoje, muitos líderes sindicais criticam o atrelamento dos sindicatos ao Estado, via Ministério do Trabalho, pedindo liberdade sindical. Paradoxalmente, sua maioria é composta por homens que vêm se reelegendo há muito tempo. Orlando Silva, por direito ainda presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, enquanto vice, Luiz Carvalho, é o presidente de fato, é um exemplo. Diz, por exemplo, que "o sindicalismo não foi conquistado pelo povo, foi o governo que nos deu". Para acabar com o que chama de "encilhamento" dos sindicatos acha que deveria haver a "livre associação de todos os segmentos da sociedade, sem a perseguição do governo e dos patrões, para que daí em diante o sindicato pudesse ter a sua meta de ação que hoje não tem".

A imposição de um Estatuto padrão às entidades sindicais foi até o início deste ano uma das formas mais evidentes da tutela do MTb. Aproveitando que a portaria ministerial nº 3.117 permitiu aos sindicatos deliberar sobre os procedimentos de suas eleições, incluindo-os como normas em seus Estatutos, somente alguns o fizeram a partir deste ano. Segundo a Secretaria do Trabalho, que propôs um novo modelo baseado em versões de outros sindicatos e no da CUT, a seu conhecimento só chegaram alterações feitas por quatro deles.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville não tomou a iniciativa apesar de estar com eleições marcadas para o final de novembro. Se tivesse tomado, estaria impossibilitado de fazer o que Orlando Silva critica em muitos sindicalistas. "O dirigente que for malandro (e

que é a maioria)pega alguns expedientes permitidos pela CLT para não deixar aparecer oposição na categoria dele".Um dos mais usados é não fazer a divulgação da convocação para as eleições em locais públicos ou através dos jornais mais lidos na região.Atendendo que a CLT dá a opção de divulgar o edital no Diário Oficial do Estado,os que agem de má fé se utilizam somente dele fazendo com que o edital passe quase despercebido.

Detalhe Assumindo o papel dado pela legislação trabalhista,o forte do sindicato de Joinville sempre foram os serviços assistenciais:médico,dentista,advogado,fornecimento de lente para óculos.Na nova sede com dois mil metros quadrados a ser inaugurada no centro da cidade,os dez mil associados e seus dependentes terão ainda um ambulatório e cabeleireiro.A mensalidade dos filiados é das mais baixas do Estado,apenas Cz\$14,00.Mas contrariando o espírito da lei,porém seguindo uma regra quase geral na área da indústria,ela é quase que compulsória.Ao entrar em uma empresa,o trabalhador é imediatamente ligado ao sindicato,descontando-se sua mensalidade da folha de pagamento.

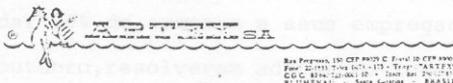
Ao contrário de tempos em que um acordo de compensação de horas de trabalho de mulheres e menores de 18 anos era aprovado quase que secretamente - por seis votos,como aconteceu em março de 83 -a panfletagem feita pelo sindicato na Tupu em outubro foi uma grande evolução.Ela serviu para esclarecer que,depois de uma reunião entre a empresa,o sindicato e o delegado do Ministério do Trabalho,ficara resolvido que os 208 operários que não aceitaram fazer horas-extras não seriam punidos."Ninguém pode ser obrigado a fazer hora-extra",esclarece o secretário Arnaldo Cunha.Mas observa que o sindicato também não pode impedir quem deseja fazê-lo.

Faltando apenas um mês para as eleições da categoria,o esclarecimento parece um recurso de campanha.Mas,a não ser que se tema os votos nulos,em branco ou uma grande abstenção que torna necessária uma nova votação,a eleição já está ganha.É que apenas uma chapa deverá concorrer,tendo à frente o atual vice-presidente,Luiz Carvalho.Ele é bem aceito pelos trabalhadores,principalmente devido à sua atuação em defesa dos operários na greve de 85.Mesmo assim a eleição está envolta em mistério.CUT e membros do PT acham que poderá haver uma composição na chapa com pessoas de outras

linhas de pensamento, da sua ou da Pastoral Operária, por exemplo. O que será outra mudança: com Orlando Silva a filiação a qualquer Central Sindical era desprezada porque, a seu ver, todas têm uma conotação político-partidária.

PLEBISCITO: PRESSÃO SEM FORÇA

Dezoito de abril de 1986. Naquela sexta-feira, a cidade de Blumenau foi informada de um fato incomum. Operários da Artex decidiam se continuariam no sistema de rodízio imposto há dois pela empresa. O plebiscito deu em "Não". A diferença de votos foi pouca: 907 contra 807. Há muito tempo, porém, era a mais significativa reação de oposição de uma classe numa terra da qual o sindicato diz: "no nosso setor têxtil sempre houve um entendimento razoável entre o capital e o trabalho".



Blumenau, 18 de agosto de 1986

CT/DA 092/86

Prezado Companheiro

Temos o prazer de dar-lhe conhecimento, antecipadamente, do comunicado público que a direção da Artex estará divulgando amanhã pelos jornais.

Como você verá pelo texto anexo, a proposta de rodízio pelo sistema 6x2, reivindicado pela maioria dos trabalhadores nele envolvidos e concedido pela empresa, incorpora várias vantagens, sem prejuízo dos benefícios anteriormente concedidos.

Consciente de que essa proposta atende aos interesses das partes, contamos com o seu apoio para a manutenção do diálogo aberto com o Sindicato, na busca de uma solução que permita a continuidade do clima de tranquilidade, amizade e respeito que sempre orientou nossas relações de trabalho.

Cordialmente

DIRETORIA

A versão da Artex que irritou o sindicato.

Até hoje a reivindicação dos operários não foi aceita pela empresa. Como paliativo ela ofereceu o sistema 6x2 e insinuou que o sindicato estava impedindo o acordo nesta base contra a que seria a vontade da maioria. Não era verdade. A guerra declarada rendeu manchetes no jornal "TRIBUNA DE BLUMENAU", o porta-voz do sindicato, em sua edição de junho. Com matérias intituladas "Rodízio um risco para outros 30 mil operários", "Sindica-

to está com a maioria contrária ao rodízio" e "Ninguém pode duvidar da intenção do sindicato", este passou a combater fortemente o sistema que dois anos antes permitira instituir. "Naquela época a gente concordou porque se tinha passado por uma grande enchente e porque havia desemprego", diz meio constrangido seu vice-presidente, Udemar Fiedler.

O sistema de rodízio ou de revezamento nos moldes de 4x1, que é o caso da Artex, significa trabalhar quatro dias seguidos e folgar um, nem sempre aos domingos. Com ele, a empresa aumenta em 18% a sua produção e o trabalhador ganha 21 dias a mais de repouso semanal remunerado por ano, diz a direção calculando na ponta do lápis. Na vida familiar e no lazer, no entanto, os operários fazem outra experiência: estão sozinhos em seu dia de descanso porque os familiares e os amigos estão trabalhando.

O mesmo sistema estava sendo adotado pela Cristais Hering, também de Blumenau, e foi derrubado por decisão de um plebiscito realizado poucos dias depois do da Artex. A empresa aceitou o resultado e, além de dar 30% de aumento a seus empregados para que cumprissem o esquema até outubro, resolveram adotar um terceiro turno de trabalho. Mais tarde a empresa voltou atrás em sua decisão.

Tanto a entidade sindical quanto a Igreja Católica, através da Pastoral Operária, além da Artex, solicitaram ao Ministério do Trabalho a solução do problema. Logicamente, cada um visando os seus interesses. Os trabalhadores teriam maior respaldo, já que o sistema da Artex é apenas uma experiência autorizada pelo MTB e cujo prazo terminava em 15 de agosto. Até agora a resposta não veio, o rodízio continua e pouca gente ousa não submeter-se a ele com medo de perder o emprego.

Se a decisão do Ministério favorecer a empresa haverá greve, dizia o Sindicato dos Trabalhadores na indústria de Fiação e Tecelagem. Argumentos não faltariam, inclusive um de ordem legal citado pelo secretário do sindicato, Ecmundo Gonçalves: "trabalhar aos domingos em atividades não essenciais e naquelas não definidas em lei, como neste caso, é ilegal". Mas parece que há muito receio em tomar uma decisão mais radical, porquanto a questão foi colocada numa assembléia com os trabalhadores e estes resolveram esperar por uma resposta do ministro Pazzianotto.

CONSCIÊNCIA CRÍTICA

A pequena diferença no plebiscito da Artex - descontada a influência da pressão que a empresa exerceu sobre os funcionários e que o sindicato comprova com fotos de ônibus fretados para buscar aqueles que não trabalhavam no dia- é um indicativo de que o problema do rodízio ainda não havia sido questionado em toda a sua dimensão pela maioria dos operários. "Isso é coisa do Renato Viana (deputado federal); é política metida no meio. Mas bem que a Artex está merecendo porque ela paga muito pouco para a gente cumprir este esquema", diz em sua casa um funcionário que conseguiu folgar aquele domingo porque convidou um colega para substituí-lo. "Onde se viu padre falar disto?", perguntavam os católicos que tinham ouvido o padre Irineu Lückmann falar na missa sobre o que Deus, a Igreja e ele pensam a respeito do trabalho.

A análise de Udemar Fiedler sobre a questão é tão calma como a que teve antes para atender na sala da presidência mais um grupo de operários que veio reclamar do trabalho na Artex, todos jovens. Seu raciocínio diz que a índole do povo é a responsável por divergências como essa não acabarem em conflitos. "Empregados e patrões descendem todos da mesma raça e aí têm idéias parecidas", afirma. Também concorda com isto a Irmã Dalila Pedrini, assessora da Pastoral Operária de Blumenau: "a situação daqui é peculiar e tem muita relação com a etnia do povo: a influência do liberalismo econômico, do protestantismo, da cultura em geral". Mas ela considera que já há um processo de consciência dos problemas "só não de uma consciência crítica".

A ênfase ao entendimento entre capital e trabalho apareceu novamente em agosto quando se discutiu o acordo salarial no setor. Depois de mais de uma semana de discussões e de ameaças de greve, só a intervenção do Delegado Regional do Trabalho garantiu aos trabalhadores um aumento de 15% sobre o salário daquele mês (10% a menos que o pretendido) e estabilidade de um ano para os 22 membros da comissão de negociação. Se não tivessem chegado a um acordo, a greve possivelmente também não teria saído da ameaça apesar do significativo número de 37 mil trabalhadores na

categoria.É o que se deduz das palavras do secretário do sindicato após o episódio:"a greve seria uma alternativa,mas a legislação diz que greve é ilegal".

Se a entidade não ousou fazer uma greve ilegal,como a da Tupy, pelo menos se dispôs a ir além do que diz o Plano Cruzado,já que este congelou os salários até março de 87.Neste caso,os trabalhadores também estão sabendo se utilizar de uma conjuntura que lhes é favorável:a falta de mão-de-obra,principalmente a especializada.Assim,além das empresas têxteis de Blumenau,também algumas metalúrgicas de Joinville e indústrias de alimentação de Chapecô,entre elas os grandes frigoríficos,concorreram em dar novos aumentos de salário.

SINDICATO SEM POLÍTICA

A diretoria do sindicato dos tecelões não foge à regra das que criticam o atrelamento ao Estado e a sua submissão às leis trabalhistas.Também não concorda que o Estado lhe tenha repassado obrigações de sua competência como dar assistência médica e odontológica."Nós devíamos é ter bons advogados para fazer bons acordos,mas a gente simplesmente tem que cumprir isso aí",afirma Fiedler enquanto assina mais algumas requisições para exame médico de associados.O que não impede que o setor seja dos que recebem maior atenção.Há,por exemplo,oito médicos e 24 dentistas que atendem cerca de 500 pessoas por dia.O sindicato ainda paga 30% do valor dos Raios-X,de cirurgias,anestesias,entre outros,e cobra o restante em três parcelas do associado.

A estrutura destes serviços,mais a da assistência jurídica, ao ver da diretoria é o grande motivo de 95% dos trabalhadores da categoria serem filiados ao sindicato."Somos uma diretoria honesta,competente,onde todo o dinheiro do trabalhador é aplicado em benefício dele.Nunca sofremos intervenção apesar da fiscalização do Mtb,portanto é um sindicato que merece a confiança do associado".A confiança vem de longa data pois o atual presidente já atua há 35 anos na entidade e está há duas gestões neste cargo,enquanto o vice tem 12 anos de casa.Nunca houve chapas de oposição em tempo de eleições.

Os serviços de assistência à saúde, como acontece em todos os sindicatos, são sustentados por convênio com o Inamps e pela contribuição sindical. Esta, também é considerada por muitos uma forma e um motivo para continuar o atrelamento ao Governo. Deveria então acabar? Fiedler acha que sim "porque um sindicato bem organizado pode inventar outros meios para sobreviver". Porém, observa que, além de sindicatos pequenos ou desorganizados poderem falir se não puderem contar com esse dinheiro, também os trabalhadores poderão perder "se não existir uma assistência médico-hospitalar digna no país". No entanto, não acredita que a medida venha a ser tomada. "E o coitado do Ministério do Trabalho? Ele "só" fica com 20% da contribuição sindical de todo o país", ironiza, para depois perguntar: "e qual foi o governo, desde 1942, que disse onde é aplicado esse dinheiro?".

O discurso de Fiedler e Gonçalves corresponde à orientação ideológica de um dos cursos de orientação sindical mais difundidos no Brasil: o do Instituto Cultural do Trabalho. Periodicamente ministrado em Blumenau inclui temas como legislação trabalhista (direitos e deveres), estrutura e organização sindical, benefícios relativos aos trabalhadores. "Trata de sindicalismo puro", afirma o vice-presidente. Não acredita assim que a vinculação do ICT com a antiga organização americana Aliança para o Progresso, agora Adesil - Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre - através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, signifique alguma interferência.

Coerente com sua visão de sindicalismo puro, o sindicato dos tecelões não admite nenhuma ligação com as Centrais Sindicais existentes no país. A seu ver, todas têm uma vinculação político-partidária que não serve ao meio, principalmente a CUT, por ser ligada ao PT. O que o sindicato acha é que "sindicalismo de orientação política mais ampla" ele só irá fazer quando o relacionamento patrão x empregado não for mais como agora. Como até recentemente tudo foi resolvido na base da conciliação, seguindo o figurino da lei, e sempre a encargo da diretoria, o sindicato não consegue prever qual será a reação dos operários num clima de conflito. "Neste aspecto ainda não sabemos a mentalidade de nosso trabalhador", diz Fied

ler. .

APRENDENDO A LUTAR

Vinte e oito de agosto de 1986. Vinte e dois nervosos operários da salsicharia, triparia, chiqueirão, embalagem e salga entre outros setores, mais um líder sindical, defrontavam-se no refeitório da S.A. Ind. e Com. Chapecô com a direção da empresa para pedir aumento de salário. No ar pairava uma ameaça de greve pois esta já era a segunda reunião e as perspectivas não eram boas. A tensão deste dia também complicava o entendimento mas chegou-se a um acordo que os trabalhadores acharam razoável: ao invés de um aumento de 40% apenas 20% para os que ganhavam de um a três salários mínimos, ficando para os demais um aumento menor.

O fato foi um aprendizado para os três lados: trabalhadores, sindicato e empresa negociando fora da data-base. Foi um sinal dos tempos também já que os trabalhadores dispensaram seus temores e tomaram a iniciativa da reivindicação. E se não fosse a intervenção do sindicato, talvez tivessem negociado sozinhos. A participação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Chapecô e Xaxim acabou não sendo aplaudida. Insatisfeita, uma das participantes da comissão de negociação comenta: "o sindicato concorda com as coisas mas chega na hora, eles deixam a gente sozinho na frente do patrão".

Foi o que aconteceu no primeiro encontro. No segundo, outra falha foi que a ata da última assembléia de trabalhadores levada a conhecimento da SAIC não incluía a condição de estabilidade pedida para os membros da comissão de negociação. Desta maneira, ela também não foi incluída no acordo escrito, fazendo-se do assunto apenas um trato verbal. Com esta atitude o sindicato apenas imitou uma experiência que tinha sido bem sucedida na região e que coube ao Sindicato dos Empregados no Comércio quando da paralisação dos funcionários das lojas Hermes Macedo, em abril de 86. Seu presidente, Euclides Antonio Badin justifica esta solução porque "estabilidade não existe em lei; ela foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Assim, mesmo

que o Tribunal Regional do Trabalho a conceda nos dissídios, quando as empresas recorrem ao Tribunal Superior este a anula e de quebra mais as conquistas salariais, quando fora da data-base. Por isto, talvez, o pacto verbal dê mais resultado porque depende mais da força do sindicato".



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
DE ALIMENTAÇÃO DE CHAPECÓ E XAXIM

Fundado em 22/08/78 - Reconhecido em 12/03/79 - Processo MTB nº 314.488/77
Sede Própria: Rua Cel. Bertaso c/ João B. Muniz, 285 - B. Antena - End. Tel. "SITRAL" - Fone: 22-1977 - CHAPECÓ-SC

Aos Companheiros

Chapecó SC. 08 de Setembro de 1986.

Vimos pelo presente encaminhar aos companheiros uma cópia do Acordo firmado com a Empresa S/-. Indústria e comércio Chapecó de nossa cidade, conseguimos um aumento salarial na conformidade, do documento que a esta vai anexado.

Reputamos de grande valia, por quanto foi o mesmo feito fora da época apropriada, e que por certo, trará inúmeros benefícios para os empregados.

Sem outro particular, para o momento, enviamos os protestos de elevada estima e distinta consideração, com o que nos subscrevemos.

Atenciosamente

Domênico Ramos Scússiato
Presidente.

O sindicato salientou a importância do acordo

É esta força que procura o presidente do sindicato da alimentação, Domênico Scussiato, 36 anos, e exercendo o cargo desde a fundação da entidade em 1978. No momento, apenas 70% dos sete mil trabalhadores da categoria são associados, mesmo existindo um acordo entre sindicato e empresas para que estas colaborem na sindicalização do empregado tão logo ele seja admitido. A grande rotatividade, neste caso, é a causa. Outro fator que diminui o respaldo do sindicato é a falta de confiança nele, por sua própria culpa e devido a mentalidade do pessoal. "Pa-

ra atingirmos a maioria da categoria nós temos que fazer um trabalho de educação sindical muito maior", observa Scussiato.

AS MÃOS DO CAPITAL

Conscientizar os trabalhadores sempre foi a maior preocupação do presidente, apesar de não ter podido realizá-la dentro de suas expectativas. Era preciso ir devagar para manter-se no poder "porque eu saindo, o meu medo é que isso aqui caísse nas mãos do capital", diz e coça a cabeça. Há os que afirmam que ele mesmo já é mais representante dos patrões do que dos empregados. Entre outros motivos porque, mesmo sendo funcionário licenciado da Cooperalfa ainda receberia seu salário pela empresa já que o sindicato não tem condições de remunerá-lo. Esta sua situação, porém, é idêntica à da maioria dos diretores sindicais e depende da interpretação da lei considerá-la certa ou não. Segundo a atual legislação, os cargos eletivos nos sindicatos são exercidos sem remuneração, mas quando o dirigente tem de se afastar de seu trabalho, a assembleia geral "pode" arbitrar uma gratificação mensal que não exceda o salário recebido no emprego".

Scussiato não responde a estas acusações mas observa que são outros membros da sua diretoria que servem aos patrões. "Nos sindicatos estão infiltradas pessoas de todos os tipos de mentalidade. Aqui também. Quando a gente faz uma reunião, de repente, o assunto está lá na empresa". Na presença do vice-presidente ele continua sustentando sua opinião: "não é querer trabalhar debaixo do pano; é querer montar outra coisa. Por exemplo: reduzir o assistencialismo e nos dedicar mais a cursos de política sindical. Até agora nós temos trabalhado em sigilo, porque, se nós levássemos ao conhecimento de algumas pessoas da diretoria isso aí, acabaria todo o nosso esquema".

Em matéria de cursos e de encontros para estudos e debates, este sindicato, é no entanto, um dos mais ativos do Estado. Só que servem mais aos dirigentes sindicais deste e de outros sindicatos, do que à maioria dos trabalhadores. O DIEESE foi o primeiro a ministrar os

cursos mas sua explanação foi considerada muito técnica e ainda muito difícil para o atual nível de compreensão da classe. Passou-se então, para os cursos do ICT que mais tarde também foram rejeitados porque Scussiato ponderou não estarem fechando com os objetivos do sindicato "porque protegem muito o capital e a forma hierárquica atual do sindicalismo". A opção foi utilizar cursos da UITA- uma entidade suíça- "que segue um modelo europeu e não americano de sindicalismo. Ela é mais voltada para o socialismo", diz o presidente.

LUTAS DO DIA A DIA

As preocupações ideológicas dos sindicalistas não tem vez na luta diária dos trabalhadores. Para eles o principal problema é o baixo salário. Por isto, ele também vira assunto predominante nos batapapos como o que aconteceu na casa de uma das líderes do movimento da SAIC e localizada no bairro onde mora a maioria dos operários da empresa. Há quase duas semanas do episódio o clima ainda era de insegurança pelo medo da perda do emprego mas ninguém calava suas reclamações. "Trabalho há 10 anos na salsicharia e ganho Cz\$1.400,00", dizia um. "Rebaixaram nosso salário com a conversão para o cruzado", reclamava outro. "Aqui tem muita rotatividade entre as empresas que é para fazer a gente não ganhar aumento", sustentava um terceiro.

Há, também, muita diferença de salário entre os que fazem o mesmo serviço, o que é um meio muito eficiente para evitar a integração dos operários. Pelo acordo coletivo de trabalho do mês de maio duas cláusulas tentam evitar este fato. As garantias de lei concedidas à empregada gestante, porém, induzem as empresas a uma contra-reação: não contratar nenhuma mulher grávida. Para tanto, todas as candidatas a emprego tem de submeter-se a um exame de urina.

Do que poucos reclamam é das horas-extras. Deixam-se convencer até a assinar uma lista concordando em fazê-las, por interesse em ganharmais. Outros assinam por pressão da empresa. O sindicato é contra este expediente, e a partir de 85 conseguiu que 70% das empresas reduzissem suas horas-extras ao mínimo possível. Em compensação, o número de pes

soas admitidas aumentou em 7% a 8% e empresas como a Sadia, Fricoper, Ceval e Cooperalfa passaram a adotar mais turnos de trabalho.

O problema da insalubridade do serviço ou dos locais de trabalho, principalmente nos frigoríficos, é outra preocupação. Scussiato é firme na consideração de que não é o pagamento de um adicional de 20% que resolverá a questão, mas sim a melhoria das condições de trabalho. O que a seu ver, também será difícil conseguir integralmente algum dia porque na própria concepção da construção das fábricas o elemento humano não é considerado. Para achar um paliativo ele prefere fazer uma peritagem nos locais insalubres mas com o acompanhamento de alguém do sindicato, o que dificilmente as empresas permitem. Outro passo seria conseguir equipamentos adequados para o trabalho e a proteção de quem o faz. Normalmente tais objetos são muito caros, por serem importados, como determinadas luvas de aço usadas para o corte da carne. Às vezes também o trabalhador coloca obstáculos porque acha incômodo usar alguns equipamentos, preferindo receber o adicional de insalubridade.

Consciente da dificuldade de concretização de uma das bandeiras da CUT, a jornada de 40 horas semanais, o sindicato de Chapecó está brigando para consegui-la, pelo menos para quem, na região, ela é mais necessária: as mulheres. A proposta já foi incluída nas negociações coletivas de maio mas não foi aceita pelas empresas. A instalação de creches, apesar de obrigatória por lei, também não foi conseguida em nenhuma empresa. Scussiato culpa as próprias mulheres pela omissão na luta e os homens pela sua ignorância e machismo.

Nem todas as reivindicações dos trabalhadores, contudo, contam com o apoio de Scussiato. Ele teme que as empresas cumpram uma de suas principais ameaças que é a automatização. "Eu estou questionando isso faz horas com os trabalhadores, porque toda vez que há um pedido, seja de salário, de insalubridade, as empresas dizem: "bem, se vocês querem tudo isso, nós vamos automatizar o negócio", explica. E esta não é uma possibilidade remota, pois um frigorífico que deverá instalar-se no município de Maravilha será quase que totalmente automatizado, segundo o que soube o presidente. E ele comenta contrafeito: "o prefeito de lá está a-

chando que vai fazer um baita de um negócio,mas está é fazendo uma grande porcaria".

QUEM ESTÁ COM AS BASES

Com doses idênticas de medo e audácia daqueles empregados da SAIC que foram negociar com seus patrões, outros operários falam de assuntos como a Pastoral Operária e as Centrais Sindicais. É o caso de Gilson Buss, um ex-suplente na diretoria do sindicato e agora somente funcionário da SAIC. Mesmo reconhecendo que "a empresa demite quem a contraria", ele defenderia a Pastoral Operária se fosse necessário. "No ponto em que estão as coisas, é preciso que o pessoal que tem um pouco de conhecimento dê uma força, mas também não venha querer controlar", afirma.

Hoje, também o presidente Scussiato considera que a P.O. "faz talvez o melhor trabalho de base que existe; é quem mais conhece os problemas da classe operária". Porém, nas eleições de 1982, ele deixou de compor sua chapa com algumas pessoas líderes da comunidade porque a Federação a que seu sindicato era ligado, bem como outros sindicatos, o pressionaram para evitar que se comprometesse com a política da Igreja.

Na política sindical, Scussiato também está sendo cauteloso. Apesar de fazer parte da CUT Regional Oeste, ainda não ligou seu sindicato a ela. Ele explica que para tanto teria de fazer um trabalho de conscientização dos trabalhadores, o que é muito difícil. "Eles não estão nem orientados para os seus direitos e obrigações, principalmente direitos, e nós vamos lançá-los num movimento dessa natureza? Eles se perdem nisso", conclui.

A LUTA DE UMA CATEGORIA

Doze de maio a sete de junho de 1986. Doze mil mineiros pararam nos municípios de Criciúma, Lauro Müller, Siderópolis e Urussanga. Era a segunda greve geral do ano, desta vez acompanhada pela categoria dos metalúrgicos, vestuaristas, ceramistas e calçadistas. Os mineiros reivindicavam o cumprimento da convenção coletiva de trabalho de janeiro que estipulara uma antecipação salarial tanto para os ligados às empresas privadas quanto aos da estatal Próspera; pagamento do adicional de insalubridade separado do piso salarial e estabilidade no emprego.

Depois de uma turbulência generalizada, vai e vem nas assembléias dos trabalhadores, os mineiros das empresas privadas con seguiram a reposição de 6,57% - que representava a perda salarial h avida com a aplicação do Plano Cruzado- e a não punição dos grevis t as. A estes caberia pagar os dias parados na base de meia hora por d ia. Os funcionários da estatal Próspera suspenderam a greve mas não a aprovaram a contraproposta da empresa.

Outros resultados foram: prisão de 13 mineiros em Orle a ns; demissão de sete mineiros da Carbonífera Próspera; desligamento d e um mineiro do quadro de associados do Sindicato de Criciúma; bri- g as corporais entre mineiros e o presidente do mesmo sindicato; não c umprimento deste novo acordo por parte de algumas empresas; insuces s o nas primeiras tentativas para dar continuidade às negociações c om a Próspera; ameaças de greve; vitória da CUT nas eleições de novem b ro no sindicato de Criciúma.

SALTANDO OBSTÁCULOS

Foram muitas atribuições para a vitória apenas parci- a l dos mineiros na Justiça. E, se não fosse o acordo firmado com as e m p resas, pelo fato da greve ter sido considerada ilegal muita gente p o d eria ter perdido o emprego. Mesmo assim, as cabeças de alguns líderes r olaram. A de José Paulo Serafim foi uma delas. Porém, seu advogado Fran c isco Balthazar, também candidato a deputado estadual pelo PT, conse - g uiu reintegrá-lo a Carbonífera Próspera através de mandado judicial.

O seu caso e de mais três companheiros não significou u m mero castigo por terem atuado como piqueteiros e participado na c o m issão de negociação. Foi muito mais uma tentativa de interromper a c a m inhada deles em direção da conquista do Sindicato dos Mineiros de C riciúma e que acabou acontecendo em novembro. Essa também foi uma vi- t ória da CUT, da qual José é segundo tesoureiro na Executiva Regional S ul.

Uma semana depois de eleito como presidente, sentado na a pertada cozinha de sua modesta casa de madeira nos arredores de Cri-

ciúma, José Paulo, 27 anos, conta como tentaram lhe puxar o tapete mais uma vez durante a votação. A idéia era até simples e provavelmente já fora adotada nas eleições de três anos atrás, quando outra chapa sua não ganhou apesar de estar contando com uma vitória tranqüila. Mas desta vez ele resolveu revistar a sala onde iria pernoitar a urna e descobriu, atrás do armário, um buraco do tamanho de um pneu e através do qual se tinha acesso a uma sala alugada ao PDT e a um bar. Depois, descobriu também, outra urna com 713 cédulas preenchidas com a qual provavelmente seria feita a troca. Evitada a fraude, as duas chapas opositoras quiseram impugnar a votação. Mas com a intervenção do delegado regional do trabalho ela continuou no dia seguinte e o resultado foi homologado.

Baseado em sua experiência de nove anos como mineiro, sempre trabalhando na Próspera, José Paulo tem como preocupações básicas para a sua gestão que começa em 23 de dezembro: fazer as empresas cumprirem os acordos "botando tudo direitinho no papel", brigar pelo salário fazendo greve, se necessário, e criar um Fundo de Greve. Entre estas, a do salário é mais urgente pois a data-base da convenção coletiva é janeiro e a direção atual do sindicato ainda não havia discutido nada com a categoria. O Fundo de Greve ainda vai ser pensado, inclusive por causa de suas restrições legais. Mas José Paulo acha que ele é necessário: "os patrões tem o estoque de carvão para conseguir aguentar uma greve até mais de um mês. O operário também precisa ter alguma reserva."

SEMPRE HÁ RISCOS

Os operários não falam em ter uma reserva, falam de ajuda mútua, como Jorge, um piqueteiro de primeira hora, calejado por experiências idênticas em duas montadoras de automóveis em São Paulo. Hoje, ele é mineiro de sub-solo da Cia. Carbonífera Urussanga, ganha Cz\$2.296,00 e reclama que muitos de seus companheiros ainda não entenderam que uma greve deve ser organizada para não correr o risco de esvaziar-se. E para não faltar nem dinheiro, nem comida, é preciso que todos se ajudem mais uns aos outros.

Enquanto consulta o funcionário do sindicato sobre a ordem de pagamento de seu auxílio-doença, Jorge diz também que greve legal ou ilegal não existe. Isto porque "mesmo o pessoal ganhando, a empresa vai em cima deles, e como a estabilidade é de apenas seis meses, quando acaba, aquele que agitou vai prá rua". Os únicos que ganharam com a última greve, a seu ver, foram os capatazes e os encarregados. Para os outros as empresas não obedecem o acordo e o sindicato não pode fazer nada.

Mas há outras formas dos mineiros mostrarem sua insatisfação e prejudicarem a empresa: é diminuindo a sua produção. Há muito tempo nenhuma mina consegue preencher sua cota, dizem o atual presidente do sindicato de Criciúna, João Garcia, e Rosângela de Souza, assessora jurídica da chapa de José Paulo. Para evitar este problema e pressionados pela falta de mão-de-obra, alguns mineradores estão cumprindo integralmente o acordo e pagando até mais do que o estabelecido.

TRABALHO PREVENTIVO

Na época em que as minas dependiam totalmente do trabalho do homem os mineiros eram a categoria mais bem paga na região. Hoje, quando as minas tem um razoável grau de mecanização, seu piso salarial é de Cz\$ 2mil. A conquista que sobrou foi a jornada de trabalho de seis horas para o mineiro que trabalha no sub-solo.

Sentado na sala da secretaria, no prédio em ruínas do sindicato - ele nunca terminou de ser construído - o ainda presidente João Rodrigues Garcia reclama que "os patrões não dão valor ao empregado" e do Plano Cruzado que acabou com as conquistas salariais do mês de janeiro. Só por isto a greve de maio teria sido inevitável mas ele prefere que ela ocorra só na época da data-base, pois senão, é muito arriscada. Seu Janga se preocupa mais com os serviços assistenciais prestados pelo sindicato: médico, odontológico, as três viaturas para o transporte dos associados doentes e o serviço jurídico. Este é o setor mais procurado, principalmente para resolver questões de demissão sem justa causa e descontos salariais quando houve falta por moti

vo de doença.

Se depender da jovem advogada Rosângela Souza, o trabalho da assessoria jurídica na gestão da nova diretoria terá uma conotação mais preventiva do que corretiva. Isto é, enquanto os outros advogados resolvem quase que somente questões individuais, sua proposta é dar condições aos trabalhadores para que eles próprios defendam interesses coletivos. Dá um exemplo: onde há insalubridade por falta de vigiância da CIPA, o sindicato fará a fiscalização da empresa e tentará organizar os funcionários para que exijam melhores condições de trabalho.

Seu primeiro caso, no entanto, será outro: responsabilizar a atual diretoria por um rombo de Cz\$500mil no cofre do sindicato referente a dívidas com a Previdência Social e com empréstimos. Aparentemente não é nada que a mensalidade dos quase 14mil associados não possa cobrir já que a quantia de Cz\$48,00 é a mais alta cobrada no Estado.

A PASTORAL OPERÁRIA

"Deus único e verdadeiro é um Deus libertador dos oprimidos (Ex 3,7-8). E ter fé neste Deus é comprometer-se com sua ação radical - mente libertadora". Esta frase ilustra o que uma parte da Igreja Católica entende por "transformar uma realidade movido pela fé" e muitas vezes é citada nas reuniões dos grupos leigos que formam as Comunidades Eclesiais de Base e pelos padres e freiras que se engajam nas Pastorais: da Terra, da Saúde e Operária, principalmente.

A diretriz é do Concílio Vaticano II, realizado em 1964, mas sua compreensão não se dá por igual dentro da Igreja. Um exemplo da resistência de alguns setores mais conservadores foi o castigo dado ao padre Leonardo Boff, um catarinense de nascimento, pela divulgação da sua Teologia da Libertação. Ao mesmo tempo que o padre era forçado a calar-se, no entanto, seu estudo veio reforçar ainda mais a atuação das CEBs e das Pastorais.

Reforçar o aspecto social do Homem, vê-lo como uma unidade e não somente sua parte espiritual é a idéia básica dos setores mais avançados da Igreja. E é através das POs que ela entra na esfera de atu

ação dos que são trabalhadores, sindicalistas, do Estado e até da política. Em Santa Catarina, a Pastoral Operária atua basicamente através de grupos de reflexão, estes são dirigidos por membros do clero ou por leigos. Para contar com a participação de operários, cada diocese se adapta às características da rotina de vida da região, mas mesmo assim ela é difícil. Em Chapecó, onde cerca de 200 pessoas integram-se nas POs, a técnica é convidar amigos e vizinhos para um bate-papo no sábado ou domingo, já que durante a semana, à noite, eles estão muito cansados. Em Joinville, por causa dos diferentes horários de trabalho das fábricas e das muitas horas-extras feitas pelos operários, pequenos grupos se formam em torno de alguns deles quando coincidem os horários livres. Nestas reuniões se conversa sobre leis trabalhistas, jornada de trabalho, Assembléia Constituinte e também sobre assuntos relacionados diretamente com o trabalho de cada um como salário e horário.

CAUSAS DA DESMOBILIZAÇÃO

A P.O. já foi mais forte no Estado do que agora. Em 78/79, por exemplo, esteve presente na greve dos químicos de Joinville e um de seus membros fazia parte da equipe de sindicalistas e líderes da comunidade que controlava as tarifas dos coletivos urbanos da cidade. Sua figura principal era o padre Luiz Fachini, vigário da paróquia Cristo Ressuscitado, do bairro Floresta, e cuja atuação já vem desde 1977 junto com as CEBS. A ele juntou-se mais recentemente o padre Borislau, da paróquia do Boa Vista, bairro onde está localizada a Fundação Tupy e onde mora grande parte de seus empregados. Em Criciúma a mobilização da P.O também não é mais como há três anos, segundo o padre José Francisco da Silva, da paróquia Santa Bárbara.

"Fatores internos e externos da Igreja" são os responsáveis por a Pastoral Operária estar mais quieta atualmente, justifica o padre Fachini. Tal como outros, ele prefere não explicitar tais motivos. Considera apenas que "no momento está se atingindo um enraizamento mais profundo e assim não aparece muito o que se está fazendo". Já o padre Chico, atuando num bairro de 20mil habitantes, principalmente minei-

ros, prefere atribuir a desmobilização a uma questão de prioridade. E em sua diocese, este ano, ela ficou para o esclarecimento sobre a Congtituinte em função das eleições. Mas verdade também é, e o padre não diz, que o grupo leigo ficou sem liderança eclesiástica porque um dos padres mais ativos da Pastoral anteriormente preferiu casar-se.

Mas certamente pode-se procurar no comprometimento das Pastorais com uma atitude política a causa de poucos bispos diocesanos as assumirem realmente. As exceções são justamente aqueles onde estes movimentos, principalmente a P.O., são mais fortes: o bispo Dom Gregório Warmeling, da arquidiocese que compreende Joinville, Jaraguá e Blumenau; Dom José Gomes, de Chapecó; Dom Osório Niehues, de Tubarão e o bispo de Caçador, Dom Luis Colussi.

O padre Irineu Lückmann, vigário comarcal de Blumenau, apesar de ser a favor da Pastoral Operária, rejeita a vinculação político-partidária que ela acabou adquirindo em alguns lugares, como Joinville e Chapecó. Na primeira, o ex-padre João Fachini, e na segunda, José Fritsch, saíram candidatos a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, com o apoio da P.O. O que se alega é que, como a Igreja não pode se organizar em partido, mas a participação de qualquer grupo ou comunidade na Assembléia Constituinte foi condicionada a acontecer através dos partidos existentes, optou-se pelo PT. "Analisando a estrutura organizacional de cada partido, chegou-se à conclusão de que o PT é o partido que mais corresponde às expectativas de transformação e ao trabalhador", assegura o padre Osmari Fritz, da paróquia do bairro Floresta. Ajeitando seus óculos padre Irineu contrapõe: "eu acho que, se a Igreja quer ser fermento, ela tem que fermentar toda a sociedade e não uma facção só".

AGORA, MAIS NO SILÊNCIO

Com o comentário "a sociedade ainda está muito repressora" o padre Irineu indica um fator externo à Igreja que condiciona a apaga da atuação da P.O. E ele fala com conhecimento de causa. Como titular da paróquia Santo Antonio, do bairro Garcia onde se situa a Artex e moram muitos de seus operários, esteve no centro da movimentação contra e a favor do sistema de rodízio da empresa. Apesar de não existir nenhum "em -

brião" da P.O. na paróquia, como alguns dizem, as palavras do padre a respeito do Trabalho ditas durante a missa foram levadas ao conhecimento da empresa. A Artex entrou em contato com ele, mas o padre não diz o que aconteceu. Não houve, por certo, mudança em sua opinião contrária ao rodízio, já que a sustenta até hoje.

Entre os operários, no entanto, muitos aceitaram a argumentação da empresa, e padre Irineu comenta desolado: "pensei que os meus católicos fossem mais a favor da verdade. Mas eles acham que o patrão tem razão porque eles mesmos preferem ganhar mais, sem pensar que não vão viver uma vida social adequada".

AMIGO TRABALHADOR:

NÃO FAZ MUITO TEMPO, OS TRABALHADORES ERAM OBRIGADOS A TRABALHAR 16 HORAS POR DIA, SEM QUALQUER PROTEÇÃO. FORAM MUITAS AS LUTAS, MUITA GENTE FOI MORTA PARA SE CONSEGUIR A JORNADA DIÁRIA DE 8 HORAS, O DESCANSO SEMANAL E DIREITOS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR. VOCÊ SABE QUE NOS ÚLTIMOS MESES, AS INDÚSTRIAS DE BLUMENAU, DE JOINVILLE E REGIÃO ESTÃO IMPLANTANDO UM NOVO SISTEMA DE TRABALHO PARA SEUS FUNCIONÁRIOS: A CHAMADA ESCALA DE REVEZAMENTO.

VOCÊ ACREDITA QUE COM ISSO AS EMPRESAS ESTÃO PREOCUPADAS COM A SITUAÇÃO DO TRABALHADOR EM AUMENTAR OS EMPREGOS E OS SALÁRIOS? OU VOCÊ ACHA QUE ELAS SIMPLEMENTE QUEREM AUMENTAR SEUS LUCROS?

DIZ A LEI: "SERÁ ASSEGURADO A TODO EMPREGADO UM DESCANSO SEMANAL DE VINTE E QUATRO HORAS CONSECUTIVAS, O QUAL, SALVO MOTIVO DE CONVENIÊNCIA PÚBLICA OU NECESSIDADE IMPERIOSA DE SERVIÇO, DEVERÁ COINCIDIR COM O DOMINGO, NO TODO OU EM PARTE" (CLT, ART. 67).

CONVENIÊNCIA PÚBLICA É, POR EXEMPLO, O TRABALHO EM HOSPITAL, EM TRANSPORTE COLETIVO, AS FÁBRICAS QUE ESTÃO ADOTANDO A ESCALA DE REVEZAMENTO ESTÃO INCLuíDAS NESTE CASO? EXISTE IMPERIOSA NECESSIDADE DE SERVIÇO OU IMPERIOSA NECESSIDADE DE AUMENTO DOS LUCROS?

EXISTEM ALGUMAS DAS CONSEQUÊNCIAS DA ESCALA DE REVEZAMENTO PARA O TRABALHADOR:

- a) O OPERÁRIO NÃO TEM MAIS DESCANSO DOMINICAL, PREJUDICANDO A FAMÍLIA; PORQUE PAIS E FILHOS DESCANSAM EM DIAS DIFERENTES;
- b) O OPERÁRIO PERDE O DIREITO DE LAZER COM A FAMÍLIA E OS AMIGOS;
- c) O OPERÁRIO FICA IMPOSSIBILITADO DE SE ORGANIZAR, NÃO PODENDO PARTICIPAR DE REUNIÕES DA COMUNIDADE, ESCOLA OU IGREJA;
- d) O OPERÁRIO MAIS JOVEM NÃO PODE MAIS FREQUENTAR GRUPOS DE CRISMA, DE JOVENS E DE OUTRAS PROMOÇÕES NA COMUNIDADE, POIS NUNCA TEM O DIA DE FOLGA FIXO.
- e) A MULHER, POR LEI, NÃO PODERIA ENTRAR NA ESCALA DE REVEZAMENTO PORQUE A LEI OBRIGA QUE NO MÁXIMO, ELA TRABALHA UM DOMINGO SIM E UM NÃO, COM ISSO, DIMINUI VAGAS DE EMPREGO PARA MULHERES.

ALÉM DISSO, A ESCALA DE REVEZAMENTO FERE O ART. 19 DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, OU DE DIZ QUE TODO HOMEM TEM DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA E RELIGIÃO (DOMINGO É DIA DO SENHOR), SENDO ASSIM, IRMÃOS OPERÁRIOS, ESTAMOS CERTOS DE QUE, EM POUCO TEMPO, NOSSAS FAMÍLIAS ESTARÃO DESORGANIZADAS, DESUNIDAS, O MESMO OCORRENDO COM TODA A SOCIEDADE.

ACEITAR ESTE TIPO DE JOGO É, AINDA, DESRESPEITAR TODOS OS NOSSOS IRMÃOS QUE LUTARAM E MORRERAM PARA TERMOS UM MUNDO SEM EXPLORAÇÃO, COM DIREITO A TRABALHO E REMUNERAÇÃO QUE GARANTA A EXISTÊNCIA DIGNA E UMA SOCIEDADE JUSTA, SEM EXPLORAÇÃO. ACEITAR ESTA SITUAÇÃO É RENUNCIAR AOS NOSSOS DIREITOS, É DEIXAR PARA NOSSOS FILHOS UM MUNDO PIOR EM VEZ DE MELHOR.

SÓ A NOSSA UNIÃO PODERÁ IMPEDIR QUE ISSO ACONTEÇA. EM VEZ DE ACEITARMOS QUE A EXPLORAÇÃO AUMENTE, TEMOS DE LUTAR POR GARANTIA DE EMPREGO E JORNADA SEMANAL DE 40 HORAS EM VEZ DE 48, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO, POR UM SALÁRIO MÍNIMO SUFICIENTE PARA AS NECESSIDADES DO TRABALHADOR E SUA FAMÍLIA.

CHIEGA DE EXPLORAÇÃO! QUEREMOS SOBREVIVER COM DIGNIDADE! PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES!

Pastoral Operária da Diocese de Joinville

Contando com pouca participação de leigos, a Pastoral Operária de Blumenau existe mais a nível de idéia, sustentada por uma parte dos vigários da cidade, assessorados por padres e freiras. Sua atuação começou em primeiro de maio de 85, questionando as condições de trabalho na cidade. Nas novenas de Natal foi abordada a questão do rodízio e três mil folhetos com reflexões sobre a dignidade do trabalho foram juntados ao livrinho da novena. Mais tarde, foram mantidos contatos com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da região, junto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, para que estudasse a rejeição do rodízio. Quando da visita do Ministro do Trabalho, a Igreja entregou-lhe também um documento a respeito, elaborado inclusive com a participação de alguns pastores luteranos.

Em Criciúma e Chapecó, padres e leigos são cautelosos em expor os trabalhadores porque já houve casos em que o envolvimento com a P.O. motivou a demissão do emprego. Este também foi um dos motivos porque o grupo de Joinville teve participação mais efetiva depois da eclosão da greve da Tupy do que antes, apesar de alguns de seus membros serem funcionários da empresa. Junto com outras entidades, a P.O. forneceu apoio logístico - cafezinho, sanduíches e material de propaganda - e foi uma espécie de pombo correio facilitando a comunicação entre os grevistas. Como este episódio foi bem sucedido e revelou a liderança do vice-presidente do sindicato da categoria, Luiz de Carvalho, a P.O. tinha esperanças de compor com ele uma chapa para as eleições de final de novembro. Os entendimentos, porém, estavam sendo feitos na surdina para não despertar a desconfiança dos patrões.

A composição com sindicalistas de outras correntes é o projeto das P.Os enquanto não existir espaço para seus membros. "Mas nós também sabemos que devemos ter uma organização e conscientização prévia do trabalhador para que ele parta para a conquista do sindicato", afirma Zenaide Busanello, militante da P.O. de Chapecó. Entre tentar mudar a representação política ou a sindical, o padre Luiz Fachini não vê o que seria mais fácil para o trabalhador. "Eu tenho a impressão de que as duas coisas começam a caminhar juntas hoje. A medida que cresce a consci

ência dele quanto à sua força, ele tanto começa a despertar para uma luta sindical mais autêntica como começa a perceber também que tem força na esfera política".

De vez em quando, porém, a classe tem uma recaída. Padre Osmari constata isso em Joinville porque algumas lutas ainda não conseguiram o efeito esperado, principalmente a extinção das horas extras. "O trabalhador brasileiro ainda tem um pouco de memória curta em termos de presente/passado e não tem consciência de coletivo", ele diz. Para depois concluir: "isto é, claro, uma consequência da ideologia que conseguiu abafar a sua consciência de classe".

& _ & _ & _ & _ & _ & _ & _ & _ &